

CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA PARA OS ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

CONTRIBUCIONES DE LA GEOGRAFÍA PARA LOS ESTUDIOS DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Angela dos Santos Machado

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil
angela.s.machado@unesp.br

Resumo

Existe uma longa tradição de pesquisa sobre os movimentos sociais em diferentes disciplinas científicas fundamentadas em distintos paradigmas. Neste artigo, visamos apresentar brevemente os principais paradigmas que respaldam as pesquisas científicas dessa temática, abrangendo o paradigma norte-americano (clássico e contemporâneo) e os paradigmas europeus. Em um segundo momento, apresentamos as contribuições teóricas da geografia ao campo dos movimentos sociais com ênfase na construção conceitual dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Por fim, realizamos uma análise de um movimento socioterritorial específico, o MST, discutindo as múltiplas dimensões de sua luta pelos territórios.

Palavras-chave: Paradigmas. Movimentos Sociais. Movimentos Socioespaciais. Movimentos Socioterritoriais. MST.

Resumen

Existe una larga tradición de investigación sobre los movimientos sociales en diferentes disciplinas científicas fundamentadas en distintos paradigmas. En este artículo, nuestro objetivo es presentar brevemente los principales paradigmas que respaldan las investigaciones científicas de la temática, es decir, el paradigma norteamericano (clásico y contemporáneo) y los paradigmas europeos. Después, presentamos las contribuciones teóricas de la geografía para lo campo de estudios de los movimientos sociales con énfasis en la construcción conceptual de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales. Finalmente, realizamos un análisis de un movimiento socioterritorial específico, el MST, discutiendo las múltiples dimensiones de su lucha por los territorios.

Palabras Clave: Paradigmas. Movimientos Sociales. Movimientos Socioespaciales. Movimientos Socioterritoriales. MST.

Introdução

Este texto foi escrito após a autora ter cursado as disciplinas “Teoria dos Territórios” e “*Contested territories: anglophone debates in conversation with Latin American*”, ministradas, respectivamente pelo professor Bernardo Mançano Fernandes¹ e pelos professores Sam Halvorsen², Bernardo Mançano Fernandes e Fernanda Torres³, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

Em ambas as disciplinas discutimos paradigmas, teorias, território, movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Assim, as disciplinas cursadas ofereceram-nos as primeiras bases para nossa pesquisa de doutorado que faz uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste artigo realizamos uma revisão bibliográfica das teorias que abordam movimentos sociais, buscando evidenciar a contribuição da geografia, sobretudo com a formulação dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, bem como trazemos para a discussão o exemplo do MST, destacando a importância do conceito de movimento socioterritorial para sua análise geográfica.

As disciplinas cursadas apresentaram-nos os referenciais teóricos aqui abordados, no entanto, esclarecemos que, até mesmo pelo limite de páginas do presente artigo, precisamos realizar um recorte das teorias e contribuições sobre a temática. Apoiamo-nos, principalmente, em Gohn (1997) para a realizar um panorama sobre os paradigmas por considerar sua obra uma referência nesses estudos e em Pedon (2013) por ser uma obra de síntese dos estudos sobre movimentos sociais e as contribuições da geografia. Buscamos também nas plataformas *Lattes* e *Researchgate* trabalhos de orientandos e ex-orientandos do professor Bernardo que deram continuidade aos estudos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Antes de mais nada vale ressaltar que não existe um conceito de movimentos sociais, mas vários. E eles variam de acordo com os distintos paradigmas existentes. Podemos compreender os paradigmas, de acordo com Kuhn (1998), como um conjunto de leis, teorias e procedimentos metodológicos que são aceitos na prática científica e tornam-se modelos de investigação, formando bases para tradições de pesquisa.

¹ Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente.

² Professor da *Queen Mary University of London*.

³ Professora da *Universidad Nacional de La Plata*, Argentina.

Nesse sentido, apresentamos neste artigo uma breve contextualização dos principais paradigmas que nortearam as pesquisas sobre movimentos sociais. A partir de Gohn (1997), apresentamos um resumo sobre o paradigma norte-americano clássico, representado pelos interacionistas da Escola de Chicago, e os paradigmas norte-americanos contemporâneos: Mobilização de Recursos e Mobilização Política. Abordamos também os paradigmas europeus dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e o Marxista.

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa os pesquisadores geraram teorias próprias, na América Latina, de acordo com Gohn (1997), os estudos dos movimentos sociais utilizaram teorias construídas em outros contextos, principalmente oriundas dos NMS.

No campo da ciência geográfica não foi diferente. Para Pedon (2013), os primeiros estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira utilizaram o referencial teórico de autores estrangeiros e sociólogos. Ao mesmo tempo em que o pensamento marxista chegou na geografia, também surgiram as críticas proferidas a ele pelos NMS.

Para Milton Santos, em “Por uma geografia nova”, a criação de novas teorias é uma necessidade científica permanente, pois quando a ciência não inova está renunciando a sua grande missão. Para ele, na geografia em específico, nosso trabalho de reformulação e reconstituição é imenso porque integramos novas teorias a velhos conceitos como o de espaço. As teorias precisam sempre se adequar às novas realidades do mundo, por isso toda teoria pode ser considerada revolucionária.

O espaço, como objeto de estudo da geografia, exige a elaboração de conceitos e instrumentos de análise coerentes e operacionais. “Cada vez que um geógrafo decide trabalhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele tudo fossem ‘dados’, e se entrega a um exercício cego [...]” (SANTOS, 2006, p.12).

É com essa preocupação que geógrafos como Bernardo Mançano Fernandes, Jean Yves Martin, Carlos Walter Porto Gonçalves, Renato Emerson dos Santos contribuíram para um entendimento autêntico da geografia sobre os movimentos sociais. Os dois primeiros se debruçaram na reelaboração do conceito de movimento social, oriundo da sociologia, construindo os conceitos geográficos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Já os dois últimos autores citados criaram propostas para a compreensão da relação dialética entre os movimentos sociais e o espaço (PEDON, 2013).

As orientações e projetos de pesquisa coordenados pelo professor Bernardo resultaram em diversos trabalhos de graduação e pós-graduação sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, tais como: Fernandes (2005); Silva e Fernandes (2005; 2006); Pedon (2009; 2013); Dalperio (2012; 2013; 2015); Souza (2013); Sobreiro Filho (2013; 2016; 2017; 2020); Pereira (2015); Fernandes, Cassunde e Pereira (2018); Fernández (2018); Silva (2018); Halvorson, Fernandes e Torres (2019); Borges, Fernandes e Silva (2019); Buscioli (2021) e Silva, Sobreiro Filho e Fernandes (2021) (PERTUZ; FERNANDES, 2021)⁴.

Sobre a importância dos estudos sobre os movimentos sociais, concordamos com Maria da Glória Gohn:

Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta e por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GOHN, 1997, p.20).

Nesse sentido, entendendo a importância das pesquisas que envolvem os movimentos sociais, sobretudo no campo da geografia em que visamos entender como esses movimentos constroem seus espaços e territórios. Reconhecendo os limites do presente artigo, acreditamos que este possa ser uma colaboração para quem deseja compreender as bases científicas dos estudos sobre movimentos sociais, dentro e fora da geografia.

O texto está organizado em três seções: 1) Teorias clássicas e contemporâneas acerca dos movimentos sociais; 2) Uma construção teórica da geografia: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais; e, 3) Os processos geográficos nas ações do MST. Na última seção, apresentamos o exemplo do MST como um movimento socioterritorial e os processos geográficos presentes em suas ações, com destaque para a dimensão econômica e a produção de espaços de comercialização.

Teorias clássicas e contemporâneas acerca dos movimentos sociais

No livro “Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”, de 1997, Maria da Glória Gohn faz uma descrição detalhada dos paradigmas e teorias desenvolvidos sobre os movimentos sociais até aquele momento.

⁴ Atualização realizada por meio das plataformas *Lattes* e *Researchgate*.

Ela traz as principais características do paradigma norte-americano, os paradigmas europeus dos Novos Movimentos Sociais e o Paradigma Marxista, além de fazer uma crítica aos estudos latino-americanos e a falta de um paradigma autêntico. A autora ainda traz uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais latinos.

Nesta seção, esboçamos apenas um breve resumo dos paradigmas e teorias abordados por Gohn (1997) a fim de compreender as bases que alicerçam os estudos sobre os movimentos sociais, seus principais debates e discussões. Sobreiro Filho (2016, p.70), reconhecendo os diferentes paradigmas e teorias sobre movimentos sociais analisados por Gohn (2009a; 2009b), enfatiza que não há consenso na definição conceitual e que as múltiplas matrizes teóricas evidenciam “uma ampla diversidade de contribuições que não convergem para a construção de uma teoria única”.

No entanto, há elementos comuns nas diferentes teorias como a preocupação com a ação coletiva, coletividade, conflito, solidariedade etc. As múltiplas teorias podem se complementar e enriquecer a análise, mas também podem se mostrar insuficientes para a compreensão dos movimentos sociais. Isso porque os movimentos são como fenômenos históricos e as teorias precisam de renovação (SOBREIRO FILHO, 2016).

As teorias clássicas do paradigma norte-americano foram predominantes até os anos 1960. Apesar de não homogêneas, tiveram algumas características que lhes conferiram certa unidade dentro do paradigma, por exemplo, o foco na ação social e no comportamento dos indivíduos.

Porta e Diani (2020) afirmam que o mundo passou por importantes transformações no final dos anos 1960, apontando o surgimento de movimentos por direitos civis, antiguerra, estudantis, pró-democracia, de mulheres e ambientais em países europeus e americanos. Em meados dos anos 1970, as pesquisas sobre ação coletiva era um dos campos mais vigorosos da sociologia. Nos anos 1980, houve uma explosão de trabalhos teóricos e empíricos a respeito de movimentos sociais e ação coletiva.

Os interacionistas da Escola de Chicago, partindo das teorias clássicas e utilizando uma abordagem da psicologia social, analisaram as ações coletivas como reações psicológicas contra a escassez socioeconômica. Essas reações eram vistas, muitas vezes, como irracionais e antidemocráticas, oriundas de indivíduos marginalizados e incapazes de dar uma resposta adequada aos problemas sociais (GOHN, 1997).

Já as teorias contemporâneas do paradigma norte-americano são da Mobilização de Recursos (MR) e da Mobilização Política (MP) que surgiram em contraposição às teorias tradicionais. Os movimentos sociais passaram a ser compreendidos como grupos

de interesses e sua análise deixou de ser sobre os aspectos individuais dos participantes para focar na análise da organização. A MR tem uma abordagem econômica cujo foco está nos recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. Como grupos de interesses, os movimentos sociais estariam no campo de disputa por consumidores, financiadores e adeptos (GOHN, 1997).

Gohn (1997) analisa que, nos anos 1970, a MR já havia passado por profundas mudanças decorrentes das críticas, sobretudo pelo enfoque essencialmente econômico. Por isso, a cultura também passou a ser um elemento de análise nas interpretações das ações coletivas. A cultura foi um conceito importante para a teoria da Mobilização Política (MP) em que identidade e ideologia passaram a ser entendidas como recursos culturais. A MP também buscou no paradigma marxista a dimensão política, destacando a mobilização e a estrutura de oportunidades políticas como categorias centrais de análise.

Diferentemente do paradigma norte-americano (no singular), Gohn (1997) destaca a existência de paradigmas europeus (no plural) em razão das diferenças radicais entre o Paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e o Paradigma Neomarxista que surgiram a partir dos anos 1960.

De acordo com Santos (2001), a maior novidade dos NMS está em sua capacidade de crítica tanto do sistema capitalista como do projeto de emancipação socialista tal como é apresentado pelo marxismo ortodoxo. Ao identificar sistemas de opressão que estão para além das relações de produção (mesmo que sejam agravados por estas), tais como o racismo e o machismo, os NMS lutam por um novo modelo social baseado mais na cultura e na qualidade de vida do que no acesso aos bens materiais.

As transformações sociais após a Segunda Guerra Mundial colocaram a centralidade do conflito capital-trabalho em questão. O acesso da mulher à educação e ao mercado de trabalho, por exemplo, criaram novas estruturas de possibilidades de conflito, trazendo em debate outros critérios de estratificação social, como as relações de gênero. Foram rejeitados os elementos deterministas da tradição marxista, tais como a convicção de que a evolução dos conflitos sociais e políticos estavam amplamente condicionados ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e a imagem dos movimentos como atores homogêneos com alto nível de habilidade estratégica (PORTA; DIANI, 2020).

O conceito de cultura é central no Paradigma dos NMS, partindo da releitura de uma das categorias básicas do marxismo: a ideologia. Vale ressaltar que os autores desse paradigma não seguem a corrente clássica marxista, entendida por eles como ortodoxa. Outra questão é que esse novo paradigma compreende o sujeito da ação como um coletivo

difuso que luta contra as desigualdades a partir de seus valores tradicionais, solidários e comunitários. Dessa forma, retira a centralidade de um sujeito específico (o proletariado) e reconhece a multiplicidade de sujeitos sociais (GOHN, 1997).

Tarrow, em entrevista concedida à Alonso e Botelho (2012), afirma que a teoria dos NMS foi desenvolvida para entender os movimentos pós-materialistas na Europa e foi estendida, de forma inapropriada, para a América Latina e outros países do Sul, já que as estruturas e processos nessas regiões são muito diferentes de onde a teoria surgiu. No Brasil, as teorias dos NMS foram dominantes nos anos 1970 e 1980.

Picolotto (2007), observa que houve uma crise do marxismo clássico, mas não o abandono de seus elementos teóricos. Os chamados neomarxistas construíram novas interpretações das teorias clássicas em que as determinações estruturais foram perdendo poder explicativo e a autonomia dos sujeitos passou a ser objeto de análise. As críticas dos teóricos dos NMS foram importantes nesse processo de transformação da abordagem marxista.

No modelo clássico marxista, a mobilização das massas perpassava pela formação de uma consciência de classe que deveria ser construída pelas vanguardas políticas através dos partidos comunistas. Assim, eram as vanguardas esclarecidas e os partidos que tinham o papel de criar as condições subjetivas da mobilização (PICOLOTTO, 2007). Vale ressaltar que Rosa Luxemburgo já defendia o desenvolvimento espontâneo da consciência política das massas, pois acreditava que a consciência se desenvolvia por meio da experiência da classe trabalhadora.

Gohn (1997) destaca a influência de Gramsci na análise dos movimentos populares na América Latina por meio do conceito de hegemonia popular. Esta seria construída no cotidiano dos indivíduos por meio da *práxis*. A autora aponta também autores que foram importantes na análise dos movimentos sociais urbanos, tais como Castells, Borja e Lojkine.

Entre as abordagens históricas contemporâneas marxistas, Gohn (1997) menciona que Hobsbawm é um dos autores mais importantes. Em “A era do capital” ele trouxe importantes contribuições para a elaboração do conceito de movimento social. Já Thompson retomou o conceito de experiência histórica e cultural, entendendo a experiência como um produto da luta de classes. Estas, as classes sociais, não seriam algo dado, mas sim formadas no processo de luta, por isso a experiência como um elemento central de análise.

No Brasil, desde os anos 1990, as teorias norte-americanas da ação coletiva, dos movimentos sociais e do confronto político começaram a contrabalançar a dominância das teorias europeias dos NMS e seus desdobramentos. A teoria do confronto político, de Charles Tilly e Sidney Torrow, vem reconfigurando os estudos das dinâmicas de mobilização, negociação e confronto das ações coletivas, valorizando a capacidade de agência e a criatividade dos sujeitos que se mobilizam. Essa teoria também vem buscando compreender as limitações históricas e políticas que restringem as oportunidades da ação coletiva (ALONSO; BOTELHO, 2012).

Gohn (2008) analisa que as abordagens teóricas dos movimentos sociais na América Latina são amplas e diversificadas. Ela ressalta a existência de várias teorias que seguem diferentes eixos analíticos e fundamentam-se desde autores dos NMS às teorias da privação social desenvolvidas pelos interacionistas do paradigma clássico norte-americano.

Ela analisa que, no século XXI, dois conceitos principais estão recebendo destaque nas análises acadêmicas dos movimentos sociais: rede e mobilização social. Isso ocorre devido as novas demandas e conflitos deste século, do surgimento de movimentos antiglobalização e da formação de redes de articulação de movimentos sociais nas mais diversas escalas (GOHN, 2008).

Portanto, percebemos que a análise espacial ganha uma nova dimensão nos estudos sobre os movimentos sociais na atualidade. Nesse sentido, a ciência geográfica cujo objeto de estudo é o espaço tem contribuído de forma importante para a análise dos movimentos sociais na contemporaneidade. Nas próximas seções focaremos nas abordagens geográficas sobre movimentos sociais e o caso específico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Uma construção teórica da Geografia: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais

De acordo com Pedon (2013), as pesquisas geográficas sobre os movimentos sociais surgiram no final da década de 1970 e início dos anos 1980, período de renovação da geografia brasileira que resultou em uma nova corrente de pensamento: a geografia crítica. Esta, fundamentada no materialismo histórico e dialético, passa a conceber o espaço como produto das relações sociais, deixando de lado a visão de que à geografia só caberia descrever os padrões espaciais (MORAES, 1995).

Somente na segunda metade da década de 1980, os movimentos sociais passaram a ser estudados pelos geógrafos e geógrafas de forma mais sistemática em razão da reabertura política que levou à ascensão das lutas populares. Vale lembrar que, na década de 1960, geógrafos como Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro já estavam envolvidos com a temática das lutas populares, a exemplo das Ligas Camponesas (PEDON, 2013).

Os primeiros estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira utilizaram o referencial teórico de autores estrangeiros e sociólogos. Concordamos com Milton Santos (2006) que conceitos de uma disciplina são apenas metáforas nas outras, por mais próximas que sejam. Somente a geografia pode elaborar seus próprios conceitos.

Como visto anteriormente, os estudos latino-americanos sobre movimentos sociais tiveram ampla influência dos paradigmas europeus, sobretudo dos NMS. Na geografia não foi diferente. Pedon (2013) ressalta que, ao mesmo tempo em que o pensamento marxista chegou na geografia, também surgiram as críticas proferidas a ele pelos NMS. Assim, mesmo utilizando conceitos marxistas como o de classes sociais e luta de classes, as geógrafas e geógrafos compreenderam que o espaço não é resultado apenas das forças produtivas, pois os sujeitos históricos produzem o espaço ao mesmo tempo em que são produzidos por ele.

Em suma, pode-se concluir que na geografia brasileira o materialismo histórico marxista ajudou a fundamentar a historicidade do espaço e nos mostrou que é impossível pensar o espaço sem pensar no sujeito dessa historicidade. O espaço assim como sua carga histórica é produto do sujeito. Desse modo, os movimentos sociais podem ser considerados os sujeitos responsáveis por importante parte das mudanças vividas pela sociedade atual, sobretudo de seu espaço e sua espacialidade (PEDON, 2013, p.66).

Fernandes (2000), no texto “Movimento social como categoria geográfica”, foi um dos primeiros geógrafos a se preocupar em buscar caminhos para uma análise autenticamente geográfica dos movimentos sociais, a partir de dois processos: espacialização e territorialização. Ele apontava o crescimento das pesquisas sobre a temática dos movimentos sociais, mas ainda utilizando referenciais teóricos de outras disciplinas. Por isso, ele propôs a análise dos movimentos sociais para além de suas formas de organização, mas também sua leitura a partir dos espaços construídos e dos territórios dominados.

Fernandes (1991) já iniciava a construção de seu estilo de pensamento discutindo a relação entre sujeito e espaço em que o conhecimento sobre o espaço se revelava como uma dimensão importante para a formação dos sujeitos políticos. A ampliação da experiência geográfica dos sujeitos e a convivência em espaços de formação política, espaços comunicativos e interativos (espaços de resistência) são elementos que possibilitam o surgimento dos movimentos sociais.

Martin (1997) discute a “Geograficidade dos movimentos socioespaciais” em que o conceito movimento socioespacial aparece pela primeira vez para denominar a luta pelo espaço de vida e trabalho, a exemplo da luta pela terra dos movimentos agrários e da luta pela moradia dos movimentos urbanos.

Fernandes (1999), em sua tese, elabora a concepção de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é mais do que um movimento socioespacial, ele é um movimento socioterritorial em razão de seu caráter de conquistar frações do território como instrumento de luta pelo território, isto é, por meio das ocupações de terra o movimento se apropria do território que é objeto de disputa e razão de ser do movimento socioterritorial.

O constante debate entre o geógrafo francês Jean-Yves Martin e o brasileiro Bernardo Mançano Fernandes resultou no texto “Movimento socioterritorial e ‘globalização’: algumas reflexões do caso do MST”. Esse artigo, de 2004, foi escrito em um período marcado por uma grande visibilidade das discussões em torno da globalização e de um suposto fim da geografia, por isso os autores buscaram evidenciar que o arcabouço teórico da disciplina era capaz de explicar a nova realidade emergente.

A proposta de Fernandes e Martin parte da reformulação de um conceito sociológico (movimento social) em direção à elaboração de conceitos geográficos (movimento socioespacial e movimento socioterritorial). Vale ressaltar que o conceito de movimento social não perde sua validade, apenas não é o mais adequado para estudos geográficos (FERNANDES, 2005).

Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocuparam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória. As formas de organização, as relações e as ações

acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos. Esses espaços são materializados, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los em diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas (FERNANDES, 2005, p.30).

Pedon (2013) ressalta outros dois geógrafos brasileiros que realizaram estudos propositivos acerca dos movimentos sociais: Carlos Walter Porto Gonçalves e Renato Emerson dos Santos. Eles não focaram no conceito de movimento social em si, mas partiram do entendimento de que os movimentos sociais são a expressão dialética entre a sociedade e o espaço e se constituem, assim, como categoria geográfica.

É nesse sentido que Gonçalves (1999), a partir de sua pesquisa com o movimento dos seringueiros no Acre, propôs uma análise sobre a construção de uma territorialidade seringueira em que os territórios (reservas extrativistas) são produzidos por processos e sujeitos (movimento dos seringueiros), evidenciando uma geografia da ação em que os sujeitos demarcam e grafam a terra.

A formação de uma identidade seringueira e sua relação com o território, isto é, o desenvolvimento da territorialidade seringueira é analisada por Gonçalves (1999) a partir das diversas relações vividas pelos sujeitos (encontros e confrontos) em diversas escalas e com diferentes instituições. Assim, vão sendo tecidas as identidades e territorialidades dos seringueiros que se tornam sujeitos de resistência e de luta pelo seu modo de existência.

Santos (2011), analisando as possibilidades de análise dos movimentos sociais por meio da abordagem espacial, identifica três tendências analíticas dos estudos sobre essa temática na geografia: a) Geografia da organização dos movimentos sociais – trabalhos que têm uma abordagem mais descritiva dos movimentos e de sua espacialização; b) Geografia das lutas sociais – não descrevem os movimentos, mas espacializam as lutas e conflitos entendendo-os como expressão das contradições sociais; e, c) Geo-grafias dos movimentos sociais – por um lado, elaboram proposições para a leitura dos movimentos sociais por meio de categorias analíticas geográficas, e por outro, reelaboram o conceito de movimento social enquanto uma categoria geográfica. As pesquisas de Bernardo Mançano Fernandes e Carlos Walter Porto Gonçalves, já mencionadas, seriam as mais relevantes nessa última tendência.

Santos (2011), afim de compreender as múltiplas dimensões espaciais intrínsecas aos movimentos sociais, propôs uma análise a partir do raciocínio centrado no espaço, isto é, ele cria um caminho metodológico que pode fundamentar estudos geográficos de qualquer movimento social.

A partir destas elucubrações, começamos a pensar no desafio de ler a dinâmica do movimento a partir de raciocínios centrados no espaço. Pensar como a organização institucional do movimento pode ser lida como uma organização espacial das experiências do fazer político; pensar como os indivíduos transitam por estes espaços através de aprendizados de códigos, comportamentos, comandos, práticas, normas de conduta que podem ser então, lidos como (aprendizados de) experiências espaciais; pensar a geograficidade das formas de materialização do movimento, como ele cria os seus próprios “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”; pensar como a organização do fazer político na sociedade enseja também padrões e experiências espaciais, com as quais o movimento precisa aprender a lidar. Enfim, pensar quais as possibilidades de compreensão do movimento a partir de raciocínios centrados no espaço, e, daí, pensar em “dimensões espaciais” (SANTOS, 2011, p.21).

O raciocínio centrado no espaço, de acordo com o autor, significa “falar não apenas *sobre* o espaço”, mas “falar sobre os movimentos sociais e sobre a ação política *a partir* do espaço”. Isto é, considerar as formas e estruturas espaciais, mas também os processos, funções, sujeitos, relações etc. (SANTOS, 2011, p.138).

Ele sugere oito dimensões de análise que podem ser readequadas para cada realidade estudada. Em suma, são elas: 1) materialização/manifestação – a cartografia dos locais em que as ações do movimento ocorrem; 2) recortes espaciais e construções identitárias – movimentos inseridos em um recorte espacial conformado por fatores relacionados à identidades; 3) território e territorialidades – lutas centradas nos território em que os sujeitos constroem e são construídos pelas territorialidades; 4) ação e temário, agendas – as questões mobilizadas pelos movimentos e os desdobramentos espaciais da definição de suas ações; 5) ação e interlocutores – ações e relações com diferentes sujeitos em diferentes escalas; 6) ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas, origem – espaços que sofrem influências das ações dos movimentos; 7) esferas institucionais como distintas dimensões espaço-temporais – disputas internas nos movimentos; 8) sujeitos da construção dos movimentos e suas experiências espaciais do fazer político – escalas e arenas em que os sujeitos participantes dos movimentos são construídos (SANTOS, 2011; PEDON, 2013).

Vale destacar os trabalhos de Sobreiro Filho (2013; 2016; 2017; 2020) que vem contribuindo para o entendimento dos instrumentos analíticos que permitem uma melhor compreensão acerca dos movimentos sociais na perspectiva geográfica – os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Com amplo conhecimento das produções da geografia britânica e norte-americana, Sobreiro Filho (2017) utiliza conceitos, tais como, conflitualidade, *contentious politics*, *socio-spatial positionality* e *convergence space* que, de acordo com o autor, complementam-se na análise geográfica dos fenômenos e processos contra hegemônicos.

Para a análise das conflitualidades, o autor utiliza as ideias de Fernandes (2009, p.5) para quem a conflitualidade é “o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista [...]”. A conflitualidade é uma característica intrínseca ao território que é um espaço político, associado às relações de poder, apropriação, dominação e controle. A conflitualidade também explicita o caráter multidimensional do território (social, político, cultural, ambiental e econômico) e as múltiplas escalas das ações hegemônicas e de resistência.

A *contentious politics*, para além dos movimentos sociais, envolve também políticos, partidos, associações etc. Ela diz respeito a situações criadas em decorrência de mudanças políticas ou demandas por transformações. Na leitura geográfica da *contentious politics* são analisadas as condições espaciais desiguais e a escala das ações que, articuladas, podem formar redes, a partir de estratégias escalares (SOBREIRO FILHO, 2017).

A ideia de *socio-spatial positionality* remete às diferenças internas nas redes e as identidades (gênero, raça, classe etc.) que compõem os diferentes indivíduos que fazem parte de um mesmo grupo. Suas diferentes demandas podem ser articuladas a favor da construção de agendas de lutas comuns. Isso leva a ideia de *convergence space* ou espaços de convergência que se caracterizam pela comunicação, solidariedade e compartilhamento.

Portanto, estudar os movimentos sociais a partir de uma abordagem geográfica exige a compreensão das múltiplas relações, em diferentes dimensões e escalas, que produzem espaços e territórios. A título de exemplo, na próxima seção, abordaremos o caso do MST e os processos geográficos em suas lutas.

Os processos geográficos nas ações do MST

O território é uma das principais categorias da geografia, entendido como uma porção do espaço geográfico demarcado pelas relações de poder exercidas por determinados grupos sociais. As relações sociais materializam-se no espaço formando territórios desiguais, contraditórios e conflitivos (FERNANDES, 2005; SAQUET, 2013).

A territorialização do MST, ou seja, a expansão e criação de novos territórios tem o objetivo de conquistar a terra de trabalho e garantir as condições para a manutenção das famílias nos assentamentos.

De acordo com Fernandes (2005), podemos analisar os movimentos sociais por meio dos seguintes processos geográficos: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. Esses processos serão analisados com base no MST e sua disputa, conquista e produção de espaços e territórios, com destaque para a dimensão econômica: a organização espacial da comercialização, a partir, sobretudo da formação do escritório nacional de comercialização e da rede de lojas do Armazém do Campo.

A espacialização do movimento refere-se as ações concretas realizadas no espaço geográfico, tais como as marchas e manifestações. Portanto, não existe “desespacialização”, pois uma vez ocorrido o fenômeno não há como revertê-lo. A espacialização, portanto, é um fato acontecido. Já a espacialidade é o significado da ação, a exemplo de símbolos como a bandeira do Movimento que carrega valores e ideais. Ao mesmo tempo em que um movimento se espacializa, ele traz consigo o seu conjunto de significados, a sua espacialidade (FERNANDES, 2005).

A comercialização dos produtos da reforma agrária pode ser compreendida como uma espacialização realizada pelos fluxos de mercadorias. O Movimento vem construindo uma logística de compras coletivas das cooperativas de modo que os mesmos produtos possam estar presentes em todas as lojas do Armazém do Campo, criando, assim, uma padronização. Os fluxos das mercadorias denotam uma espacialização da produção, já as marcas dos produtos como “Terra Viva” ou “Raízes do Campo” carregam consigo o significado da reforma agrária (FIGURA 01).

Figura 1: Armazém do campo de São Paulo



Foto: Angela dos Santos Machado (2022).

A ideia de territorialização, por sua vez, traz uma concepção de expansão e criação de territórios. Quando o MST ocupa terras, por exemplo, ele está territorializando a luta, isto é, demarcando um espaço específico de disputa.

Primeiro, é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a mesma desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a

geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania (FERNANDES, 2000, p.61-2).

A ocupação é um processo político de luta e resistência dos sem-terra que promove a territorialização do movimento com o objetivo de conquistar territórios, por isso é denominado como movimento socioterritorial (FERNANDES 2000; 2005).

A criação de novos territórios também pode ser vislumbrada quando o MST contribui na articulação de instituições importantes para a cadeia produtiva dos assentamentos. O movimento já constituiu 160 cooperativas, 120 agroindústrias, 1,9 mil associações, além de assentar cerca de 400 mil famílias (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2020).

A comercialização do Movimento está organizada por meio das seguintes frentes de trabalho:

- O escritório de comercialização (EC) nacional, localizado na cidade de São Paulo, responsável pela gestão das vendas de 14 cooperativas de diferentes regiões do Brasil no mercado institucional, sobretudo por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- A rede Armazém do Campo, constituída por oito lojas localizadas em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Caruaru, São Luís e Salvador que funcionam como um mercado para os produtos dos assentamentos e de outros agricultores familiares. A Cooperativa Camponesa Central de Minas Gerais (CONCENTRA) é responsável pelas compras coletivas e organização de uma estratégia logística de abastecimento do Armazém do Campo.
- O canal convencional de vendas, responsável por atender grupos de consumo, empórios, lojas de produtos orgânicos em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia;
- a empresa Raízes da Terra que criou a marca “Raízes do Campo” e é responsável por comprar das cooperativas e lançar os produtos em grandes mercados, tais como os atacados (informação verbal)⁵.

Assim, percebemos que o Movimento vem produzindo espaços e territórios, por meio dos processos de espacialização e territorialização, como parte de suas estratégias de criação de mercados para os produtos da reforma agrária. As lojas do Armazém do

⁵ Entrevista realizada com a coordenadora do escritório de comercialização nacional em 16 mai. 2022.

Campo são espaços de comercialização dos produtos provenientes dos assentamentos, das cooperativas e das agroindústrias do MST. Mas, são também espaços de encontros políticos e culturais em que ocorrem apresentações artísticas, festas, debates, venda de livros, dentre outros (FIGURA 02). Vale ressaltar que essas atividades ficaram suspensas por um tempo em razão da pandemia de Covid-19, quando foram incrementados os serviços de entrega a domicílio (CONSOLE; SILVA, 2020).

As relações sociais desenvolvidas no interior dos territórios são criadoras de identidades, ou melhor, territorialidades. A territorialidade é constituída pelas ações cotidianas que são, ao mesmo tempo, “resultado e determinante do processo de produção de cada território”. Ela pode ser potencializada como estratégia de organização política e luta por desenvolvimento. “O território é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual” (SAQUET, 2013, p.129).

Figura 2: Armazém do campo de São Paulo



Fonte: Console; Silva (2020).

Foto: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

As dimensões políticas e econômicas são intrínsecas à luta pela terra e na terra, assim como as dimensões cultural e social associadas ao caráter coletivo e solidário do movimento.

Os territórios camponeses, em suas múltiplas dimensões, são atravessados por ações e relações com diferentes sujeitos, em distintas escalas, que podem ser solidárias, contraditórias ou de enfrentamento. Podemos citar o exemplo da Via campesina como uma relação solidária de escala internacional, do Estado como relação contraditória nas diversas escalas de governança e do agronegócio como relação de enfrentamento (mas que também pode ser contraditória em alguns momentos), nas escalas nacional, regional, municipal e local.

A compreensão da multidimensionalidade e da multiescalaridade dos territórios é essencial para o entendimento de diversos processos neles existentes. Por exemplo, a luta por políticas públicas direcionadas para as famílias assentadas tem uma dimensão política, social, econômica e até mesmo cultural quando notamos que é uma luta pela manutenção de um modo de vida. Pode-se evidenciar também a necessidade de o movimento se articular em diferentes escalas para a organização da comercialização.

A dimensão econômica é de grande importância para o MST, pois pouco adianta conquistar a terra se as famílias não conseguirem renda o suficiente para terem uma vida digna. Portanto, a luta do movimento também é pela autonomia da produção, da renda e pela conquista de mercado consumidor para a produção camponesa. Essa luta se intensificou com a ruptura das políticas públicas emancipatórias, isto é, as políticas públicas que contribuíam para a diminuição da subordinação da renda camponesa (FERNANDES et al., 2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um exemplo de política pública emancipatória, seu principal objetivo é integrar a produção camponesa ao consumo institucional de alimentos por meio da formação de estoques junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Para as famílias assentadas, o PAA foi uma política pública de especial importância por garantir a venda da produção, possibilitar o rompimento com agentes de comercialização (atravessadores), e estimular a organização de cooperativas e associações, a participação de mulheres e jovens, a diversidade da produção e a agroecologia (REIS, 2015).

No entanto, os recursos destinados ao PAA sofreram uma queda abrupta a partir de 2013 quando passaram de 586,6 milhões de reais para 224,5 milhões, chegando a apenas 41,3 milhões em 2019 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2020).

Assim, apesar da importância dos mercados institucionais, as famílias assentadas e o MST necessitaram buscar outras formas de comercialização da produção, tais como

as feiras da reforma agrária, as cestas agroecológicas e a rede de lojas do Armazém do Campo.

As feiras da reforma agrária são uma amostra da diversidade produtiva do MST em escala nacional. Elas tiveram início em 2015, na cidade de São Paulo, e se repetiram em 2017 e 2018, reunindo mais de 260 mil pessoas que consumiram cerca de 420 mil toneladas de produtos da Reforma Agrária (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Diferentemente das feiras da reforma agrária que são esporádicas, existem também as iniciativas permanentes de comercialização dos produtos camponeses, tais como as lojas do Armazém do Campo e as cestas agroecológicas.

Com a pandemia, as entregas a domicílio se tornaram uma alternativa para a comercialização dos produtos camponeses através do *delivery* do Armazém do Campo e das cestas agroecológicas. Somente no estado de São Paulo são 20 municípios atendidos com os alimentos da reforma agrária por meios das cestas agroecológicas, totalizando cerca de 700 cestas comercializadas semanal ou quinzenalmente. Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais também possuem experiências de comercialização de cestas agroecológicas (ALCÂNTARA, 2020).

Portanto, a compreensão da produção geográfica de um movimento socioterritorial exige uma análise multidimensional e multiescalar dos espaços e territórios disputados, conquistados e expropriados, material e imaterialmente. O MST luta não apenas pela reforma agrária, mas por uma nova sociedade em que as famílias possam ter terra, trabalho e comida. Nesse sentido, o movimento se renova, se adapta, constrói novas estratégias que são constituintes e constituídas de novos espaços e territórios.

Considerações finais

Nesse artigo realizamos uma concisa exposição sobre os principais paradigmas e teorias que alicerçam os estudos sobre movimentos sociais, passando pelos paradigmas norte-americanos clássicos (os interacionistas da Escola de Chicago) e contemporâneos (Mobilização de Recursos e Mobilização Política) e os paradigmas europeus dos Novos Movimentos Sociais e o Marxista.

Em seguida, focamos na contribuição da ciência geográfica para os estudos dos movimentos sociais em que se destaca a construção conceitual dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que trouxe uma abordagem autenticamente geográfica

aos estudos sobre esse tema, até então carentes de formulações teóricas vindas de fora (de outras disciplinas e de outros países).

Destacamos também outras propostas do fazer pesquisa geográfica a partir do entendimento da espacialidade das relações produzidas pelos movimentos sociais em múltiplas dimensões e escalas geográficas.

Por fim, trouxemos um exemplo centrado no MST em que abordamos os processos geográficos intrínsecos às suas ações, focando na dimensão econômica de suas lutas para conquistar e permanecer nos territórios conquistados.

Portanto, consideramos que a geografia tem contribuído para a análise dos movimentos sociais por meio da abordagem espacial em que o conceito amplo de território, multidimensional e multiescalar, oferece um caminho teórico-metodológico para a compreensão da geograficidade dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. **Saiba onde comprar alimentos da Reforma Agrária no Sudeste.**

Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/03/saiba-onde-comprar-alimentos-da-reforma-agraria-no-sudeste/>. Acesso em 5 nov. 2020.

ALONSO, A.; BOTELHO, A. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & Antropologia**, v. 02.03: 11-19, 2012.

BORGES, G. A. B.; FERNANDES, B. M.; SILVA, M. O. E. **Os Movimentos Socioterritoriais e a Construção de Mercados Camponeses: a experiência do Raízes do Brasil e do Armazém do Campo na cidade do Rio de Janeiro.** In: SINGA, 2019, Recife. Para além das cercas que nos cercam: as naturezas das r-existências na América Latina, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 21 fev. 2021.

BUSCIOLI, L. D. As manifestações do campo como forma de resistências dos movimentos socioterritoriais no Brasil. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-11, 2021.

CONSOLE, L. G.; SILVA, M. **Armazém do Campo em SP completa quatro anos com delivery em meio à pandemia.** MST. Disponível em:

<https://mst.org.br/2020/07/27/armazem-do-campo-em-sp-completa-quatro-anos-com-delivery-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 5 nov. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab.** v. 27, Brasília: Conab, 2020.

DALPERIO, L. C. **Geografia dos movimentos socioterritoriais de 2000 a 2011**. In: XXIV Congresso de Iniciação Científica, 2012, Presidente Prudente. XXIV Congresso de Iniciação Científica, 2012.

DALPERIO, L. C. Geografia dos movimentos socioterritoriais no Brasil de 2000 a 2012. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

DALPERIO, L. C. Os movimentos socioterritoriais mais atuantes em ocupações de terras e famílias participantes no Brasil: 2000-2012. **Sociedade e Território**, v. 27, p. 126-146, 2015.

FERNANDES, B. M. O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito. **Revista de Geografia** (São Paulo), v. 10, p. 31-38, 1991.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 318 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B.M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Nera**, ano 8, n.6, 2005.

FERNANDES, B.M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Campinas: Editora Unicamp, 2009.

FERNANDES, B.M. et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Nera**, Presidente Prudente, nº 109, p. 2-16, 2017.

FERNANDES, B. M.; CASSUNDE, J. R.; PEREIRA, L. I. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **OKARA: Geografia em Debate** (UFPB), v.1 2, p. 533- 548, 2018.

FERNÁNDEZ, C. M. M. O processo de transnacionalização dos movimentos socioterritoriais: estudo das transterritorialidades da Via Campesina sobre as proposições de agroecologia e Soberania Alimentar no Confronto Político. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.54, p.439-455, 2008.

- GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9^o edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.
- GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.
- GONÇALVES, C.W.P. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, ano 1, n.2, 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 1, p. 1-17, 2019.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.1, n.19-20, 1997.
- MARTIN, J. Y; FERNANDES, B.M. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, n. 11-12, 2004.
- MORAES, A.C.R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa Produção**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso 25 mar. 2021.
- PEDON, N. R. Movimentos socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.
- PEDON, N. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.
- PEREIRA, D. V. Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. **Dissertação** (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, 2015.
- PERTUZ, M.A.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioespaciais e socioterritoriais da América Latina: uma apresentação do dossiê do I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (I ELAMSS). **NERA**, v. 24, n. 57, p. 09-23, Presidente Prudente, 2021.
- PICOLOTTO, E.L. **Movimentos sociais**: abordagens clássicas e contemporâneas. **CSOnline**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 1, edição 2, 2007.
- PORTA, D. D.; DIANI, M. **Social Movements**: an introduction. 3^a Ed. Hoboken, NJ:

Wiley-Blackwell, 2020.

REDE BRASIL ATUAL. **MST desiste da Feira da Reforma Agrária neste ano:** “com pressão popular vamos conseguir”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/mst-desiste-feira-reforma-agraria-2019/>. Acesso em 06 nov. 2020.

REIS, A.T. Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

SANTOS, B. de S. Los nuevos movimientos sociales. **Revista del Observatorio Social de America Latina (OSAL)**, n.5, Buenos Aires, CLACSO, 2001.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

SANTOS, R. E. N. dos. **Movimentos sociais e geografia:** sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 3 ed. São Paulo: Expressões, 2013.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e luta pela terra. **Reforma Agrária**, v. 32, p. 85-106, 2005.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M. Ocupações de Terra - 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 20, 2006.

SILVA, H. C. G. M. da. Lonas e lutas: Análise da territorialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.

SILVA, A. A.; SOBREIRO FILHO, J.; FERNANDES, B.M. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, conflitualidades e *contentious politics*. In: SOBREIRO FILHO, J. et al. (org.). **Ofensivas & resistências:** ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Belém: UFPA, 2021.

SOBREIRO FILHO, J. Movimentos em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics*: produção do espaço, redes e lógica-

racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

SOBREIRO FILHO, J. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, *contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces*. Revista **NERA**, ano 20, n. 39 – Dossiê, pp.13-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, J. Pequeno ensaio geográfico sobre movimentos sociais, movimentos socioterritoriais e outras teorias geográficas para a crítica econômica. In: SILVA, P. F. J. da; SPOSITO, E.S.; SANTANA, M. U. S. (Orgs.) **Geografia e economia: relações e interfaces**. Dourados: Editora UEMS, 2020.

SOUZA, R. dos S. R. de. A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

Recebido em 15/06/2021. Aceito para publicação em 06/04/2022.
--